



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Hoje, a Cetelem BGN atende as necessidades de clientes de todas as classes sociais e contribui para a consolidação do crédito como uma ferramenta importante de fidelização e de gerenciamento do orçamento doméstico.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho está em linha com a expectativa dos acionistas. Os Ativos Totais da Cetelem em 30 de junho de 2011 somaram R\$ 4.113 milhões. O Patrimônio Líquido fechou o 1º semestre de 2011 em R\$ 372 milhões contra R\$ 357 milhões em junho de 2010, apresentando um crescimento de 4% em relação ao semestre anterior.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito total em 30 de junho de 2011 fechou em R\$ 3.988 milhões (R\$ 3.799 milhões em junho de 2010), obtendo um crescimento de 5%. A carteira de crédito está distribuída em empréstimos (pessoal, cartão de crédito, adquiridos por cessão de créditos e outros) e financiamentos (creditários, cartão de crédito e outros). A Provisão sobre a Carteira de Crédito teve uma redução de 29% atingindo R\$ 111 milhões contra R\$ 157 milhões em 2010 mesmo com o crescimento da Carteira.

O OBSERVADOR CETELEM

Fundado em 1989 pela Cetelem na França, "O Observador" é hoje referência de fonte nos estudos periódicos que compreendem e mapeiam os hábitos de consumo e evolução do mercado brasileiro. O estudo nos permite uma reflexão consistente sobre as grandes mudanças ocorridas e auxilia o varejo brasileiro a traçar suas estratégias de negócio, entendendo melhor o consumidor e as tendências que influenciarão seu comportamento. Desenvolvido em parceria com a Ipsos Public Affairs, este estudo é realizado há seis anos pela Cetelem BGN Brasil, e está disponível em www.cetelem.com.br.

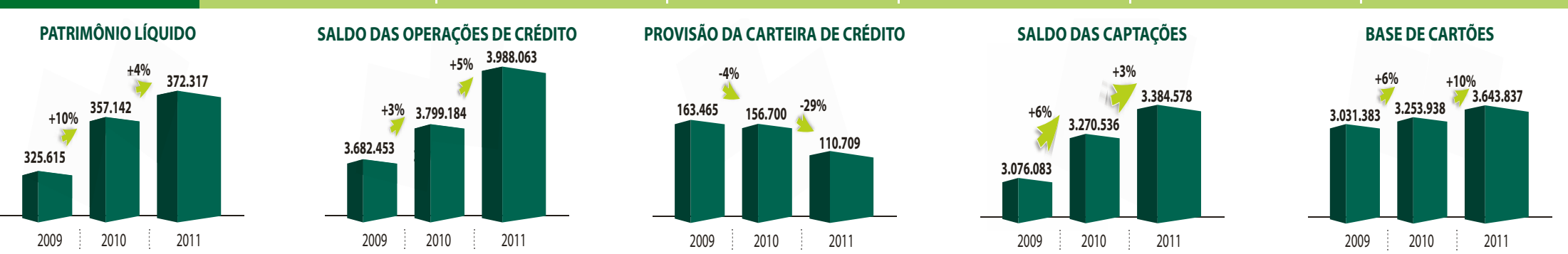
CONTROLES INTERNOS

Conforme estabelecido pela Resolução nº 2.554/98 BACEN, a estrutura de controles internos da Cetelem BGN vem sendo continuamente aperfeiçoada através das áreas de Compliance e Auditoria Interna, visando fortalecer os controles existentes na instituição.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no 1º semestre de 2011.

Ativos Totais	Operações de Crédito	Provisões de Crédito	Captações	Patrimônio Líquido	Base de Cartões
4.112.535	3.988.063	110.709	3.384.578	372.317	3.643.837



BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	jun/2011	jun/2010	
Ativo	1.610.324	1.597.676	
Circulante	3.249	10.939	
Disponibilidades	8.143	110.100	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.143	110.100	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.154.099	1.102.593	
Operações de Crédito	1.247.893	1.243.697	
Sector privado	(93.794)	(141.104)	
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	436.126	365.375	
Outros Créditos	440.468	369.151	
Diversos	(4.342)	(3.396)	
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.707	8.289	
Outros Valores e Bens	8.707	8.289	
Despesas antecipadas	2.441.088	2.293.752	
Realizável a Longo Prazo	2.354.797	2.234.058	
Operações de Crédito	2.367.312	2.246.191	
Sector privado	(12.515)	(12.133)	
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	41.889	21.735	
Diversos	41.847	21.802	
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(68)	(67)	
Outros Valores e Bens	44.402	37.959	
Despesas antecipadas	61.123	60.446	
Permanentes	56.392	59.095	
Investimentos	56.392	59.095	
Participações em controladas no País	726	386	
Imobilizado de Uso	1.051	580	
Outras imobilizações de uso	(325)	(194)	
(-) Depreciações acumuladas	8.371	8.371	
Diferido	(8.371)	(8.371)	
Gastos de organização e expansão	4.005	965	
(-) Amortizações acumuladas	4.894	1.532	
Intangível	(889)	(567)	
Outros ativos intangíveis	4.112.535	3.951.874	
(-) Amortizações acumuladas			
Total do Ativo	4.112.535	3.951.874	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	jun/2011	jun/2010	
Passivo	2.593.866	2.496.798	
Circulante	2.287.994	2.208.614	
Depósitos	2.287.994	2.208.614	
Depósitos interfinanceiros	305.872	288.184	
Outras Obrigações	529	264	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.242	3.218	
Fiscais e previdenciárias	302.101	284.702	
Diversas	1.134.399	1.092.914	
Exigível a Longo Prazo	1.096.594	1.061.922	
Depósitos	1.096.594	1.061.922	
Depósitos interfinanceiros	37.809	30.992	
Outras Obrigações	15.959	13.160	
Fiscais e previdenciárias	21.850	17.832	
Diversas	11.959	4.750	
Resultados de Exercícios Futuros	11.959	4.750	
Resultados de exercícios futuros	372.317	357.412	
Patrimônio Líquido	422.414	422.414	
Capital social	422.414	422.414	
De domiciliados no País	422.414	422.414	
Reservas de lucros	(52.097)	(67.002)	
Prejuízos acumulados			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.112.535	3.951.874	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Para os Semestres Fins em 30 de Junho de 2011 e de 2010			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)			
	jun/2011	jun/2010	
Receitas da Intermediação Financeira	344.942	357.153	
Operações de crédito	341.440	354.389	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.502	2.764	
Despesas da Intermediação Financeira	(225.411)	(259.406)	
Operações de captação no mercado	(203.778)	(177.880)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.633)	(81.526)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	119.531	97.747	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(108.684)	(104.403)	
Receitas de prestação de serviços	23.378	24.952	
Rendas com tarifas bancárias	13.967	5.816	
Despesas de pessoal	(10.873)	(8.440)	
Outras despesas administrativas	(98.956)	(88.357)	
Despesas tributárias	(10.533)	(10.262)	
Resultado de participações em coligadas e controladas	176	305	
Outras receitas operacionais	7.332	6.268	
Outras despesas operacionais	(33.175)	(34.685)	
Resultado Operacional	10.847	(6.656)	
Resultado não Operacional	1	(3)	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.848	(6.659)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.109)	(6.300)	
Provisão para imposto de renda	-	(1.343)	
Provisão para contribuição social	-	(563)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.109)	(4.394)	
Participações Estatutárias no Lucro	-	(500)	
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre	2.739	(13.459)	
Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - Em R\$	6,48	(31,86)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Para os Semestres Fins em 30 de Junho de 2011 e de 2010			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	jun/2011	jun/2010	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	46.495	85.995	
Lucro Líquido Ajustado	2.739	(13.459)	
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(176)	(305)	
Resultado de equivalência patrimonial	259	175	
Depreciações e amortizações	1.736	1.175	
Amortização de ativo de investimento	21.633	81.526	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8.109	4.394	
Impostos diferidos	12.195	12.489	
Provisões para contingências	(107.029)	(112.489)	
Varição de Ativos e Passivos	102.444	(397.366)	
(Aumento) redução de operações de créditos	102.444	(397.366)	
(Aumento) redução de outros créditos	(18.242)	21.635	
(Aumento) redução de outras valores e bens	(4.686)	3.590	
Aumento (redução) de depósitos	(169.588)	260.663	
Aumento (redução) de outras obrigações	(20.928)	(2.098)	
Aumento (redução) de resultado de exercícios futuros	3.971	1.087	
Fluxo de Caixa Aplicado em Atividades Operacionais	(60.534)	(26.949)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	(59.955)	
Aquisição de investimentos	-	(59.955)	
Alienação de imobilizado de uso	-	77	
Aquisição de imobilizado de uso	(224)	(85)	
Aquisição de intangível	(2.762)	-	
Fluxo de Caixa Aplicado em Atividades de Investimento	(2.986)	(59.963)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	60.000	
Aumento de Capital	-	60.000	
Fluxo de Caixa Aplicado em Atividades de Financiamento	-	60.000	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(63.520)	(26.547)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	13.932	147.436	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	11.392	121.039	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Para os Semestres Fins em 30 de Junho 2011 e de 2010				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Capital social		Reservas de lucros	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	403.414	(41.000)	2.000	(53.543)
Aumento de capital	19.000	41.000	-	60.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	(13.459)
Saldos em 30 de Junho de 2010	422.414	-	2.000	(67.002)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	422.414	-	2.000	(54.836)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.739
Saldos em 30 de Junho de 2011	422.414	-	2.000	(52.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Para os Semestres Fins em 30 de Junho de 2011 e de 2010				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)				
1. CONTEXTO OPERACIONAL				
A Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Cetelem Brasil") foi constituída em 20 de dezembro de 1989, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 31 de janeiro de 2000, tendo como objetivo principal a concessão de crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. As operações de empréstimo tiveram início em novembro de 2000. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas ligadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados. Com intuito de segregar as atividades financeiras e não financeiras do Grupo, cada qual a ser concentrada sob uma holding específica, resultando assim na independência administrativa, comercial e econômica das empresas financeiras e não financeiras do Grupo e também a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros das respectivas empresas, as sociedades não financeiras do Grupo foram segregadas e transferidas a uma nova holding, que concentrará as atividades não financeiras do Grupo. Dessa forma, as atividades financeiras do Grupo foram reunidas sob uma única holding financeira, onde, parte do processo, fora concluído através da incorporação da BGN Holding Financeira Ltda. (BGN Holding) e da Cetelem Holding Participações S.A. (Cetelem Holding). Principais movimentações societárias ocorridas em 2010: • Em 11 de janeiro de 2010, o Banco BGN promoveu aumento de capital na BGN Leasing no montante de R\$ 2.000, objetivando a adequação do nível de capital desta subsidiária para viabilizar a transferência de sua sede da cidade de Fortaleza no estado do Ceará para Barueri no Estado de São Paulo. • Em 29 de janeiro de 2010, a Cetelem América Ltda. vendeu sua participação no Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. para a Cetelem Brasil pelo valor de R\$ 59.955. Nesta mesma data, a Cetelem América aumentou o Capital social da subsidiária Cetelem Holding no valor de R\$240.507, sendo este aumento integralizado mediante a conferência de 8.989.799.189 de quotas representativas do capital social da Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda. (CPV). Ambas as transações foram suportadas por laudos de avaliação a valor contábil, elaborados por firmas especializadas. • Em 26 de fevereiro de 2010, o Banco BGN S.A. incorporou o acervo líquido das empresas BGN Holding e Cetelem Holding nos montantes de R\$ 12, referente à assunção de dívida pela BGN Holding e R\$ 235.994 da Cetelem Holding. Sendo assim, os acionistas do Sistema Financeiro Nacional (SIFIN) - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma a companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamentos baseados em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e f) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.				
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma a companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamentos baseados em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e f) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.				
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. b) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa considerada suficiente pela administração atende aos requisitos estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. c) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. d) Permanente: Demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos: • Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • Depreciação do imobilizado, calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. • O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de logotipos são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização. Em relação à redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"), é reconhecida uma perda por "impairment" se o valor residual de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". e) Depósitos interfinanceiros: São demonstrados pelos valores de exigibilidade e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" diária. f) Passivos circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as adições temporárias, exceto quando a provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada em operações de crédito. h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25 e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas,				

enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. i) Uso de estimativas: A elaboração das informações financeiras da Cetelem Brasil exige que a administração faça estimativas e estabeleça provisões que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.			
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Descrição			
Disponibilidades em moeda nacional	2011	2010	
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.218	10.904	
Total	3.249	10.939	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.143	110.100	
Total de caixa e equivalentes de caixa</			

Cetelem Brasil S.A.

Crédito, Financiamento e Investimento

C.N.P.J. nº 03.722.919/0001-87

Al. Tocantins, 280 - Térreo Frente

Alphaville - Barueri/SP - Brasil, CEP 06455-020



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

10. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos interfinanceiros referem-se a operações de captação efetuadas com taxas prefixadas que variam de 11,86% a 18,20% ao ano (9,86% a 18,20% em 2010). Em 2011 não houve captação com taxa pós-fixada. A composição por vencimento é assim resumida:

Descrição	2011	2010
Até 30 dias	586.781	309.636
De 31 a 60 dias	295.560	294.369
De 61 a 90 dias	264.452	179.798
De 91 a 180 dias	630.287	603.183
De 181 a 360 dias	510.914	821.628
Total do circulante	2.287.994	2.208.614
Acima de 360 dias	1.096.584	1.061.922
Total de longo prazo	1.096.584	1.061.922
Total	3.384.578	3.270.536

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2011			2010	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	285	285	532	-
Provisão para contingências fiscais (nota 12.a)	-	15.674	15.674	-	13.160
Contribuição para o COFINS	1.417	-	1.417	1.347	-
Impostos e contribuições serviços	361	-	361	529	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	134	-	134	96	-
Programa de Integração Social - PIS	231	-	231	32	-
Impostos e contribuições sobre salários	1.099	-	1.099	403	-
Outros	-	-	-	8	-
Total	3.242	15.959	19.201	3.218	13.160

b) Diversas

Descrição	2011		2010	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos - País (i)	271.005	-	271.005	258.909
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	29.216	-	29.216	19.301
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 22)	203	-	203	5.887
Provisão para passivos contingentes (iii)	-	21.850	21.850	-
Provisão para despesas de pessoal	1.667	-	1.667	595
Outros	10	-	10	-
Total	302.101	21.850	323.951	284.702

(i) Referem-se, principalmente, a valores a serem liberados a estabelecimentos conveniados, por conta de compras efetuadas pelos clientes com o cartão Aura e Mastercard, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Cetelem Brasil. (ii) Referem-se, basicamente, a contas a pagar relativas à prestação de serviços de assessoria administrativa, marketing e outras despesas administrativas. (iii) Em 30 de junho de 2011, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordem cível, cujas características são de ordem indenizatória movidas por clientes e trabalhistas. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da Cetelem Brasil mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos desses processos.

12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:

Obrigações legais e Contingências Fiscais	2011		2010	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Saldo
Contribuição para o COFINS	-	253	221	-
Programa de Integração Social - PIS	-	12.981	8.310	-
Provisão para contingências fiscais	15.674	-	4.629	-
Total de obrigações legais	15.674	13.160	13.160	13.160
Outros passivos contingentes	2011	2010	2011	2010
Provisão para contingências cíveis	18.959	-	16.265	-
Provisão para contingências trabalhistas	2.891	-	1.567	-
Total de Outros passivos contingentes	21.850	17.832	17.832	17.832
Total de passivos contingentes e obrigações legais	37.524	30.992	30.992	30.992

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas e estão representados por processos de natureza cível no montante de R\$ 131.315 para os quais existe provisão de R\$ 14.488.

b) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Saldo	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Constituição/Reversão de provisão	58	-	786	-	10.653	-	11.497	-
Atualização monetária de contingências	698	-	-	-	-	-	698	-
Baixas por pagamento	-	-	-	-	(8.863)	-	(8.863)	-
Saldo em 30 de Junho de 2011	15.674	2.891	18.959	37.524	16.515	26.858	37.524	30.992
Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.334	1.009	16.515	26.858	16.515	26.858	16.515	26.858
Constituição/Reversão de provisão	3.519	-	558	-	8.104	-	12.181	-
Atualização monetária de contingências	307	-	-	-	-	-	307	-
Baixas por pagamento	-	-	-	-	(8.354)	-	(8.354)	-
Saldo em 30 de Junho de 2010	13.160	1.567	16.265	30.992	16.265	30.992	16.265	30.992

Obrigações legais: PIS/COFINS - As principais teses em discussão são relativas a mandados de segurança cujo foco da discussão é a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 (composição da base de cálculo). Contingências trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. Contingências cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cobrança de taxas, tarifas, encargos, fraude, recusa de crédito e negatização indevida.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital subscrito está representado por 422.414.000 ações ordinárias (422.414.000 em 2010), com valor nominal de R\$1,00 cada ação. b) Dividendos: Conforme o estatuto da Cetelem Brasil, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido de cada exercício. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, não foram propostos nem distribuídos dividendos.

A Diretoria

14. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2011	2010
Empréstimos	342.931	327.996
Financiamentos	23.412	19.949
Recuperação de Créditos baixados como prejuízo	18.032	6.446
Despesa com Cessão de Crédito	(42.935)	(2)
Total	341.440	354.389

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2011	2010
Custo de Manutenção	3.891	10.027
Retenção de lojistas - compras no cartão	1.801	1.827
Comissões	1.618	630
Tarifa de Intercâmbio	8.153	5.886
Tarifa de Cobrança por Atraso	5.839	4.871
Outras	2.076	1.711
Total	23.378	24.952

16. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2011	2010
Confeção de Cadastro	1.894	2.572
Cartão de Crédito Básico - Anuidade	11.395	2.596
Outros	678	648
Total	13.967	5.816

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2011	2010
Despesas com partes relacionadas (notas explicativas nº 1 e nº 22)	31.309	31.689
Despesas de alugueis	220	88
Despesas de comunicações	13.057	11.500
Despesas de material	113	574
Despesas de promoções e relações públicas	2.734	1.003
Despesas de propaganda e publicidade	5.774	3.821
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.443	5.627
Despesas de serviços de terceiros	2.207	2.160
Despesas de serviços técnicos especializados	31.284	26.969
Despesas de transporte	327	615
Despesas de processamento de dados	2.089	690
Despesas de amortização e depreciação	259	175
Outras despesas administrativas	4.140	3.446
Total	98.956	88.357

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2011	2010
Despesa de contribuição à COFINS	8.311	8.318
Despesa de contribuição ao PIS	1.350	1.352
Despesa de ISS	714	586
Outras Despesas	158	6
Total	10.533	10.262

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2011	2010
Reversão de Provisões	1.164	1.311
Receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito	2.483	1.599
Descontos obtidos	1	515
Variação Monetária	699	23
Rendas de participação nos lucros - apólices de seguro	-	2.157
Recuperação de encargos e despesas	1.132	-
Outras	1.853	663
Total	7.332	6.268

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2011	2010
Provisão para contingência fiscal, cível e trabalhista	11.497	10.073
Descontos concedidos em renegociação e despesas com fraude	8.416	17.233
Ágio Submarino Finance	1.736	1.175
Despesas com parceiros e fundo de marketing	3.609	1.216
Amortização de despesas antecipadas com parceiros - contratos	2.489	3.629
Serviços de abastecimento e armazenamento de caixas	547	547
Outras	4.881	812
Total	33.175	34.685

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram assim apuradas:

Descrição	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.848	10.848	(7.159)	(7.159)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(2.712)	(1.627)	(1.802)	(1.074)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre:	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(2.386)	(1.431)	4.485	2.691
Resultado de Equivalência Patrimonial	44	26	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias no semestre	(5.068)	(3.041)	4.088	2.210

b) As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram assim apuradas:

Descrição	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.848	10.848	(7.159)	(7.159)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(2.712)	(1.627)	(1.802)	(1.074)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre:	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(2.386)	(1.431)	4.485	2.691
Resultado de Equivalência Patrimonial	44	26	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias no semestre	(5.068)	(3.041)	4.088	2.210

b) As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram assim apuradas:

Descrição	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.848	10.848	(7.159)	(7.159)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(2.712)	(1.627)	(1.802)	(1.074)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre:	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(2.386)	(1.431)	4.485	2.691
Resultado de Equivalência Patrimonial	44	26	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias no semestre	(5.068)	(3.041)	4.088	2.210

b) As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram assim apuradas:

Descrição	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.848	10.848	(7.159)	(7.159)
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(2.712)	(1.627)	(1.802)	(1.074)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no semestre:	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(2.386)	(1.431)	4.485	2.691
Resultado de Equivalência Patrimonial	44	26	-	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias no semestre	(5.068)	(3.041)	4.088	2.210

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A instituição é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria e, de acordo com o seu Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, mandato será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores Executivos. Os membros do Conselho de Administração não residentes no país não recebem remuneração paga no Brasil. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do grupo Cetelem/BGN para o semestre encerrado em 30 de junho de 2011 foi de R\$7.046 o que representa benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações.

b) Transações entre partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes na data das operações. Os saldos das transações estão apresentados a seguir:

Descrição	2011		2010	
	Ativo/passivo	Receitas/(despesas)	Ativo/passivo	Receitas/(despesas)
Disponibilidades - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	111	-	2.459	-
Aplicações interfinanceiras - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	-	3.015	110.104	2.629
Aplicações interfinanceiras - Banco BGN S.A.	8.143	488	-	-
Depósitos interfinanceiros - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	(3.245.227)	(201.654)	(3.217.842)	(172.908)
Disponibilidades - Banco BGN S.A.	152	-	1.876	-
Depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A.	(132.937)	(2.124)	-	-
Comissões de Seguro - Cardif do Brasil S.A.	2.984	1.215	-	180
Repasse Prêmios de Seguro - Cardif do Brasil S.A.	(4.207)	-	(612)	-
Valores a receber (